



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCA

1
2 Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e trinta minutos, na sala
3 da Superintendência da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, teve início a 4ª Reunião Ordinária da
4 Câmara de Compensação Ambiental – CCA, conduzida pela Diretora de Unidades de Conservação e
5 Biodiversidade, representante suplente da Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e
6 Biodiversidade - SFC da Secretária do Meio Ambiente – SEMA e suplente da Presidência da CCA e da
7 Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade – SFC/SEMA, Senhora
8 Marianna de Santana Pinho. Estiveram presentes os seguintes membros: Ubiratan Felix,
9 Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente; Renata Dunham Lemos Britto, representante
10 suplente da Coordenação Especial de Integração das Políticas Ambientais - CPA/ SEMA; Ivan Ferreira
11 Amorin, representante suplente do Instituto do Meio Ambiente – IMA; José Augusto de Castro Tosato,
12 representante suplente do Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ; José Augusto Saraiva
13 Peixoto, representante suplente, do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM; e Leila Márcia
14 Souza Oliveira, representante suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH. Como
15 convidados estiveram presentes: Vanessa Arduina Lima, representante da Assessoria Especial/ SEMA;
16 Wellington Oliveira e Alessandro Diamantino, representantes da Diretoria Orçamentária/SEMA;
17 Daniella Blinder, Carla Mariane Souza da Cunha e Catarina Orrico Morais, representantes do NOA –
18 Núcleo de Operacionalização da Câmara de Compensação Ambiental - DUC/ SFC/ SEMA. Constaram
19 da Pauta: Leitura e aprovação da Ata da última reunião; Avaliação das experiências de outros
20 Estados: RS, PR e RJ sobre a Compensação ambiental; Avaliação das experiências de outros Estados:
21 RS, PR e RJ sobre a compensação ambiental; Apresentação do gestor da APA Joanes/ Ipitanga, Geneci
22 Braz Souza, sobre o estado da arte da unidade de conservação; Compensação ambiental do
23 empreendimento Votorantim Cimentos e sua aplicação na revisão do Plano de Manejo da APA Joanes/
24 Ipitanga; O que ocorrer. Depois de verificado o quorum, a sessão foi aberta pela Diretora Marianna
25 Pinho. Passou-se à leitura da pauta. Em seguida, Daniela Blinder apresentou a tabela comparativa das
26 normas legais e informações relevantes sobre as Câmaras de Compensação Ambiental de todos os
27 Estados, catalogadas até o momento, que tiveram seus documentos enviados por e-mail aos
28 membros da Câmara de Compensação Ambiental. Ela iniciou a apresentação da experiência do Rio
29 Grande do Sul, onde se redimiram algumas dúvidas. Ficou de ser analisado, e levado na próxima
30 reunião, como ocorre juridicamente a **forma** de quitação da compensação ambiental por compra de
31 bens pelo empreendedor para posterior doação ao Estado, como ocorre no Rio Grande do Sul.
32 Discutiu-se outra forma de quitação da compensação ambiental que seria o depósito em um fundo
33 específico e posterior aplicação da verba pela SEMA, ou contratação direta dos serviços e
34 apresentação das notas fiscais à SEMA para a quitação. Comentou-se que deveria se pensar na
35 questão do fluxo entre o repasse da compensação ambiental e seu **atrelamento** à Licença ambiental
36 (LI ou LO), para que o processo não se torne moroso. Sobre o caráter recursal da CCA no Rio Grande
37 do Sul, Daniella informou que a experiência deste Estado indica que não houve contestação dos
38 valores por parte dos empreendedores. Neste ínterim, Carla Cunha expôs as experiências da Câmara
39 de Compensação Ambiental do Paraná, que informou que a Câmara de Compensação tem um Grupo
40 de Trabalho responsável pela fiscalização da execução do Termo de Compromisso e que possui caráter

41 recursal. Também informou que não houve contestação do valor por empreendedores. Sinalizou,
42 também, que alguns processos relacionados à compensação não poderiam ser adotados pela CCA da
43 Bahia, devido a serem específicos à realidade do Paraná. Em seguida, Vanessa Lima iniciou o relato da
44 experiência no Rio de Janeiro com as alternativas disponíveis para o empreendedor realizar a
45 Compensação Ambiental: 1ª - Direta/Indireta – o empreendedor se encarrega da contratação dos
46 serviços ou aquisição de bens especificados no Termo de Compromisso e sua execução é fiscalizada
47 pela SEMA; 2ª – Funbio – o valor da compensação é depositado no Funbio e a SEMA fica responsável
48 pela contratação dos serviços ou aquisição de bens, dando um "termo/recibo?????" de quitação da
49 compensação ambiental ao empreendedor. Sobre a experiência do caráter recursal da CCA, Vanessa
50 informou que também no Rio não houve contestação por parte do empreendedor, mesmo tendo o
51 índice de compensação ambiental o valor mínimo de 0,5%. Catarina Moraes acrescentou que no Rio de
52 Janeiro o índice de compensação ambiental varia de 0,5% à 1,1%. Vanessa Lima e Daniela Blinder
53 expuseram a proposta de aplicar o índice de compensação ambiental de 0,5% no passivo (qual é o
54 termo específico?), que foi aprovada com unanimidade pelos membros presentes. Marianna informou
55 que esta deliberação deverá ser publicada no Diário Oficial. O gestor da APA Joanes/Ipitanga, Geneci
56 Souza, iniciou sua apresentação sobre as pesquisas e diagnósticos existentes sobre a APA, como
57 solicitado pela Câmara. Em seguida, Daniella Blinder apresentou a tabela de empreendimentos, com
58 seus valores previstos para compensação ambiental (do passivo), pesquisados pelos técnicos da SEMA
59 e informou que, devido ao curto período de tempo, a Votorantim não enviou os três orçamentos
60 solicitados pela Câmara de Compensação. Como apenas um membro da Câmara enviou suas
61 considerações em relação ao Termo de Compromisso da Votorantim, resolveu-se discuti-lo em
62 próxima reunião. Devido a não formação de quorum no final desta reunião para assinar a Ata anterior,
63 deliberou-se assiná-la em próxima Reunião. Por fim, o Superintendente Ubiratan Felix agendou a 4ª
64 Reunião Ordinária da Câmara de Compensação para o dia dois de setembro de dois mil e dez, às
65 quatorze horas. Às dezoito horas a reunião foi encerrada pela Diretora Mariana Pinho. Eu, Catarina
66 Orrico Moraes, lavro e assino esta ata juntamente com os membros que participaram dessa reunião.

67 Membros:

68 Marianna de Santana Pinho - SFC/ SEMA (Suplente);
69 Renata Dunham Lemos Britto - CPA/ SEMA (Suplente);
70 Ivan Ferreira Amorim – IMA (Suplente);
71 José Augusto Tosato – INGÁ (Suplente);
72 José Augusto Saraiva Peixoto – CEPRAM (Suplente);
73 Leila Márcia Souza Oliveira – CONERH (Suplente).